



# ASSOFT

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

## Relatório e Contas 2018

Edifício Fernando Pessoa - Rua General Ferreira Martins, nº 10, 7º B - 1495-137 Algés

(Página Intencionalmente deixada em branco)

**A ASSOFT - Associação Portuguesa de Software** foi constituída em 1991 como Associação empresarial, formada por diversas empresas da área de *software, hardware* e comunicações, desde produtores nacionais a revendedores e editores internacionais, tendo-lhe sido atribuído o estatuto de entidade pública sem fins lucrativos.

Desde junho de 1994 que a ASSOFT está registada na Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC) como entidade de gestão coletiva de direito de autor e direitos conexos relativamente aos produtos de *software* (programas de computador código-fonte).

A ASSOFT tem como principais objetivos estatutários a promoção, defesa e divulgação da legalidade, qualidade e integridade do *software* em Portugal e a gestão coletiva de direito de autor e direitos conexos em relação aos produtos de *software* criados e produzidos pelos seus associados e utentes.

Tem como principais atividades: ações de sensibilização e de luta antipirataria, em cooperação com produtores e distribuidores de *software*; defesa do direito de autor e direitos conexos para o *software*, através do registo e depósito de código-fonte; elaboração de contratos de depósito *escrow*; apoio jurídico na elaboração de contratos de utilização e licenciamento; apoio às autoridades policiais e judiciais em peritagens relativas à pirataria e ao crime informático; apoio às empresas produtoras de *software* na sua capacitação e internacionalização.

(Página Intencionalmente deixada em branco)

## Mensagem do Presidente da Direção

Caro Associado,

O ano de 2018 revelou-se um ano de um relativo abrandamento económico, que se explica por uma desaceleração das Exportações de Bens e Serviços bem mais acentuada que a das Importações de Bens e Serviços. Ao fecharem-se as contas de 2018 apurou-se um crescimento para o PIB Português de 2,1%, pelo que é expectável que as empresas Portuguesas produtoras de software tenham tido, em média, um bom desempenho neste período.

É inegável a forte oportunidade que se oferece às empresas ligadas às T.I.C. e, em particular, para as empresas Portuguesas que desenvolvem software. Contudo, para o subsetor das empresas que desenvolvem software de gestão, uma importante fatia das empresas de software Portuguesas, dois grandes desafios se colocam:

- i. um tecnológico, devido à acelerada revolução digital que se está a viver, a qual é potenciada pela crescente utilização de soluções móveis; do cloud computing; do big data; da internet of things; da Inteligência Artificial; do Blockchain e das cripto-moedas, entre outras tendências, que obriga ao redesenho e à reescrita das aplicações hoje em produção;
- ii. e um nos recursos humanos, motivado pela escassez de recursos qualificados para as necessidades do mercado, que se tem vindo a agravar pelo facto de se estar a assistir a uma crescente penetração no mercado Português de empresas multinacionais e de outsourcing que, ao trabalharem para mercados estrangeiros, conseguem com rentabilidade inflacionar fortemente os custos dos técnicos (facto que não ajuda Portugal pois este fenómeno incrementa a transferência de recursos em vez de se revelar uma verdadeira criação de novos postos de trabalho).

É também inegável a atitude de passividade que caracteriza o governo Português num tema de grande prejuízo para o subsetor das empresas que desenvolvem software de gestão, ao deixar impunemente que uma Associação Pública Profissional, a Ordem dos Contabilistas Certificados, da dependência direta do Ministério das Finanças e regulada pela lei nº. 2/2013 de 10 de janeiro, distorça o livre mercado ao vender uma solução de gestão.

Importa salientar que o desenvolvimento de uma solução proprietária por parte da Ordem dos Contabilistas Certificados em nada se enquadra nos seus objetivos. Este fato levanta, aliás, gravíssimas questões do foro jurídico e ético.

No primeiro caso, as Ordens, enquanto Associações Públicas Profissionais, possuem o seu regime jurídico definido na Lei que claramente exclui das receitas de uma Ordem (Artigo 43º) atividades comerciais típicas das empresas, o que permite afirmar que esta atuação da Ordem constitui uma ilegalidade.

Ao desenvolver e comercializar um produto de gestão a Ordem está, pela sua posição privilegiada junto dos seus membros, sobre os quais inclusive possui poder disciplinar, a criar uma “pressão” para a sua utilização que, no limite, a torna de uso quase obrigatório.

Esta situação é agravada pelo facto da OCC estar a desenvolver ações de formação para os seus membros exclusivamente assentes no seu produto.

Um conjunto de empresas de software Portuguesas, representativas do sector do software de gestão, preocupadas com a situação, e em face da passividade dos sucessivos governos sobre o tema, decidiu intentar uma ação judicial contra a OCC, a qual está a decorrer no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, por forma a pôr cobro a esta situação.

Vemo-nos pois como a entidade que, mais que nenhuma outra, tem a capacidade e a obrigação de, por um lado criar as parcerias e sinergias que ajudem a indústria portuguesa de software a compreender onde está a sua maior oportunidade, ajudando-as a "aligeirar" as suas necessidades de investimento utilizando corretamente os fundos comunitários e, por outro, lutando mais afincadamente contra a passividade e a intervenção do Estado na economia.

A ASSOFT, na sua ambição de ser um parceiro importante para os seus Associados, desenvolveu e executou um plano de atividades centrados:

1. nas atividades tradicionais de conformidade de licenciamento de software;
2. na interface da indústria de software com organismos governamentais;
3. no apoio das empresas produtoras de software de gestão na defesa de um mercado de concorrência livre;
4. no apoio aos associados no acesso a fundos comunitários para modernização e internacionalização;
5. no esforço de influência da indústria face ao Governo Português.

Sobre o último ponto, esforço de influência da indústria face ao Governo Português, é importante partilhar a estratégia em três vetores adotada pela ASSOFT, como forma de maximizar o impacto da opinião da indústria face à natural dispersão que o facto da existência de mais de 800 Associações Empresariais impõe ao Governo Português.

Como se pode compreender, o Governo Português tem muita dificuldade em, com eficácia, ouvir todas as Associações Empresariais, já para não falar que, dependendo do tema, se compreende que não as considerará todas ao mesmo nível. Assim, procurando ser mais eficaz, a ASSOFT adotou desde o início deste mandato a seguinte estratégia de contacto com o Governo Português:

- a ASSOFT dirige e dirige contactos diretos com entidades "operacionais" (Autoridade Tributária e Aduaneira e Segurança Social quase em exclusivo) atuando como charneira entre estes organismos e o ecossistema Português de desenvolvimento de software;
- a ASSOFT, em temas centrais ao software (como suporte de formatos para a comunicação com os organismos públicos ou contratação pública de software) dirige e dirige contactos diretos com o Governo e as Secretarias de Estado;
- a ASSOFT, através da sua presença ativa junto de dois grandes parceiros sociais do Governo Português, a CIP (onde pertence ao seu conselho estratégico para as TI) e a CCP (onde pertence à sua direção e assegura presença em diversos grupos de trabalho) para dirimir e garantir influência em temas centrais e estratégicos para Portugal, como a Indústria 4.0, a simplificação administrativa ou alterações legislativas (como foi o caso recente do RGPD, onde foi conseguida alguma influência positiva para a indústria).

Na execução desta estratégia, a ASSOFT procura auscultar e nalguns casos criar grupos de trabalho, que a ajudem a desenvolver propostas que reúnam o maior consenso possível no universo dos seus associados e pretende criar um Conselho Consultivo que lhe aporte competências ao nível das regras contabilísticas.

A terminar, uma última palavra para, em nome de toda a atual Direção da Associação, manifestar o nosso apreço e gratidão:

- aos associados e utentes dos nossos serviços, pela confiança que em nós depositam;
- à IGAC, entidade que nos supervisiona, todo o apoio e confiança que em nós depositam, vital para o cumprimento do principal desígnio da ASSOFT – a defesa da Propriedade Intelectual de quem desenvolve e representa *software* em Portugal;
- às entidades com quem nos relacionamos, com particular carinho àquelas com quem estabelecemos protocolos de colaboração, pelo seu prestável e precioso apoio;
- aos nossos colaboradores, pela seu profissionalismo e incansável dedicação.

Cordiais cumprimentos,



Luís Sousa  
Presidente da Direção

(Página Intencionalmente deixada em branco)

*Handwritten mark*



# 1 - A ASSOFT

## 1.1 - O Fundamental

### Missão

A promoção e a defesa dos interesses das pessoas e entidades que, em Portugal, produzem e comercializam *software*, estimulando o seu crescimento sustentado e criando condições ótimas para a exportação, com particular enfoque na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

### Visão

Reforçar o peso institucional e a reputação da Associação, em termos do seu impacto na economia, enquanto representante da indústria de *software* Portuguesa, liderando nos novos temas como a garantia de uma internet transparente e competitiva, a privacidade ou a segurança, a par com a tradicional defesa da Propriedade Intelectual e do combate à pirataria.

Portugal tem condições para desenvolver uma indústria de *software* inovadora e relevante para a sua economia, atendendo à qualidade dos quadros técnicos que possui e forma todos os anos. O seu posicionamento Europeu e a sua natural relevância na Língua Portuguesa dão-lhe uma importante vantagem competitiva em termos de exportação e de internacionalização da indústria Portuguesa de *software* na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

### Estratégia

A atuação da Associação segue, prioritariamente, quatro vetores estratégicos chave:

- Direito de Autor, Propriedade Intelectual e Conformidade de *Software*;
- Apoio na implementação da nova legislação;
- Desenvolvimento de competências, crescimento sustentado e Internacionalização das empresas Portuguesas de *software*;
- Liderança nos novos temas das Tecnologias de Informação e Comunicação.



## 1.2 - Factos relevantes em 2018

O plano base de 2018, apesar de algum otimismo no que dizia respeito às perspetivas económicas, não deixava de aconselhar prudência pelo que assentava na manutenção do nível das receitas a par com uma manutenção dos custos por forma a assegurar uma execução em *breakeven* com relativa tranquilidade. Em simultâneo, foram planeados projetos de apoio à economia, assentes em fundos comunitários, com o objetivo prioritário de ajudar os nossos Associados a desenvolver as suas competências e a sua internacionalização.

Desta forma, o exercício de 2018 foi norteado por dois princípios chave:

- manutenção de clara separação da execução nuclear da Associação, cujas receitas advêm das quotas dos associados e dos serviços da ASSOFT, como os depósitos e as auditorias, dos projetos de fundos comunitários;
- desenvolvimento de ações e atividades que incrementem o valor da Associação e dos seus serviços para os Associados;

e de cuja execução salientamos os seguintes factos:

- manutenção e revisão contínua do **alinhamento de princípios estratégicos com associações** de grande relevo nas tecnologias de informação e comunicação, das quais destacamos a ANETIE, a iCOMP e a BSA, com quem definimos princípios de colaboração;
- direção e acompanhamento de três importantes grupos de trabalho: o de “Normas Legais e Fiscais do Software de Gestão”; o de “Privacidade e Proteção de Dados” e o de “Apoio de Empresas à Certificação de Software para Angola”; que, apesar de poderem ser muito melhorados no seu impacto real, já produziram importantes contributos;
- participação no comité técnico para o projeto de normalização da fatura eletrónica em Portugal, liderado pelo IPQ e o IAPMEI;
- integração da comissão permanente de acompanhamento da reforma do SNC para a Administração Pública;
- execução do projeto **INTERSOFT III** onde a ASSOFT representou o setor em 4 certames internacionais Cebit Austrália; ComunicAsia Singapura; Moztech Moçambique e América Digital no Chile; missões que contaram com a participação de vinte PME’s Portuguesas que destacaram a importância da inovação no dia a dia das suas atividades de desenvolvimento tecnológico;
- avaliação do impacto do projeto **Q-GLOBAL** para a zona norte e centro do País, que teve como objetivo a execução de um modelo de consultoria que possibilite o aumento de competências e o domínio da representatividade em mercados externos para PME’s do sector; o projeto Q-GLOBAL apoiou mais de 20 empresas nos seus investimentos ao nível da qualificação, desde transformação digital à proteção dos seus ativos intangíveis;
- execução e término do projeto **QLX-SOFTWARE SKILLS**, no âmbito do Portugal 2020, para a zona de Lisboa e Vale do Tejo, ação que disponibiliza incentivos a fundo perdido para empresas do sector das TICE que invistam em ferramentas que potenciam os fatores dinâmicos de competitividade das PME’s;
- execução do projeto **SIAC** onde foram dinamizadas diversas ações de sensibilização do setor para a importância da proteção e valorização do seu ativo de excelência, o código-fonte.

- execução do Projeto **MOVE PME**, um projeto de formação-ação que nesta nova edição assumiu um desafio alargado a 92 PME's na região norte e centro do país; o MOVE PME tem como objetivo apoiar as micro, pequenas e médias empresas a atingirem padrões de desempenho mais competitivos, partindo de uma base suportada em formação especializada e outras ações de investimento no negócio e na atividade laboral das empresas;
  - foram dinamizadas mais de 10 iniciativas de formação interempresas com especial foco em temas como a Gestão Estratégica, Contratação Pública e Marketing Digital;
- manutenção e reforço dos protocolos em vigor, nomeadamente com a Inspeção Geral das Atividades Culturais, a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Polícia Judiciária, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, a Associação Industrial Portuguesa e a Câmara de Comércio e Indústria.



(Página Intencionalmente deixada em branco)

A small, handwritten mark or signature in the bottom right corner of the page, consisting of several strokes.

### 1.3 - Órgãos Sociais

#### Assembleia Geral

Presidente	Dr. Pedro Duarte (individual)
Secretário	Eng. Fernando Santos (em representação do Sector Zero)
Vogal	Dr. Filipe Pais (em representação da OpenText)

#### Direção

Presidente	Eng. Luís Sousa (individual)
Vice-Presidente	Dra. Sandra Ferreira (em representação da Microsoft Portugal)
Tesoureiro	Dr. António Augusto Telheiro (individual)
Vogal	Dr. Jorge Oliveira (em representação da Oracle Portugal)
Vogal	Dr. Jorge Santos Carneiro (em representação da Sage Portugal)
Vogal	Dr. Cláudio Correia (em representação da Algardata)
Vogal	Dr. Luís Filipe Carvalho (individual)

#### Conselho Fiscal

Presidente	Eng. Jorge Queiroz Machado (em representação da ITEN)
Vogal	Eng. Jorge Sá Couto (em representação da J.P. Sá Couto)
Vogal	Eng. Jorge Baptista (em representação da Primavera Business Software Solutions)

(Página Intencionalmente deixada em branco)



## 2 - RELATÓRIO DE GESTÃO

### 2.1 - Principais indicadores

#### 2.1.1 - Número de Associados

	2015	2016	2017	2018	%18/17
Coletivo	262	258	252	254	0,8%
Individual	121	129	120	107	-10,8%
<b>Total</b>	<b>383</b>	<b>387</b>	<b>372</b>	<b>361</b>	<b>-3,0%</b>

#### 2.1.2 - Número de Depositantes

	2015	2016	2017	2018	%18/17
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>209</b>	<b>237</b>	<b>260</b>	<b>9,7%</b>

#### 2.1.3 - Número de Depósitos

	2015	2016	2017	2018	%18/17
<b>Total</b>	<b>1 726</b>	<b>1 621</b>	<b>1 646</b>	<b>1 980</b>	<b>20,3%</b>

#### 2.1.4 - Rendimentos

Valores em K €	2015	2016	2017	2018	%18/17
Execução Nuclear ASSOFT	276,0	278,1	264,6	256,8	-2,9%
Quotas e Serviços ASSOFT	253,7	264,7	261,1	256,7	-1,7%
Reembolsos Tribunais	10,1	12,1	1,0	0,1	-90,0%
Subsídios Obtidos	12,3	1,3	2,5	0,0	-100,0%
Projetos	178,0	690,5	1 070,3	854,3	-20,2%
<b>Total Rendimentos</b>	<b>454,0</b>	<b>968,6</b>	<b>1 334,9</b>	<b>1 111,1</b>	<b>-16,8%</b>

#### 2.1.5 - EBITDA, EBIT e Resultado antes de Imposto

Valores em K €	2015	2016	2017	2018	%18/17
EBITDA	25,8	17,3	85,4	38,0	-55,5%
EBIT	23,2	14,7	82,9	37,3	-55,0%
Resultado antes de Impostos	23,2	14,6	82,9	37,3	-55,0%

### 2.1.6 - Idade do Saldo de Clientes a 31/Dez/2018

Idade Saldo	Valor (€)	% Total
Até 30 dias	542 100,73	76,7%
De 31 a 60 dias	122 273,05	17,3%
De 61 a 90 dias	36 045,81	5,1%
Superior a 90 dias	6 361,03	0,9%
<b>Saldo Clientes (31/Dez)</b>	<b>706 780,61</b>	<b>100,0%</b>
<b>Potencial de incobráveis</b>	<b>2 232,72</b>	<b>0,3%</b>

### 2.1.7 - Atividade Departamento Técnico

	2015	2016	2017	2018	%18/17
Auditorias e Consultoria	9	5	5	1	-80,0%
Testemunho em Tribunal	1	0	2	4	100,0%
Perícias com Autoridades	34	5	6	4	-33,3%
<b>Total</b>	<b>44</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>-30,8%</b>





## 2.2 - Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO (MODELO REDUZIDO) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO EM 31-12-2018		Unidade monetária: Euro	
	NOTAS	DATAS	
		31/12/2018	31/12/2017
Vendas e serviços prestados	4	1 111 058,44	756 033,99
Subsídios, doações e legados à exploração	5	-	118 732,80
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	6	(1 158 946,52)	(1 060 380,78)
Gastos com o pessoal	7	(158 089,28)	(150 955,63)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	-	(31 242,30)
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	9	333 205,08	460 098,04
Outros gastos e perdas	10	(89 222,71)	(6 868,89)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>38 005,01</b>	<b>85 417,23</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	11	(670,37)	(2 479,03)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>		<b>37 334,64</b>	<b>82 938,20</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	12	(0,02)	(12,62)
<b>Resultado antes de impostos (EBT)</b>		<b>37 334,62</b>	<b>82 925,58</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>37 334,62</b>	<b>82 925,58</b>

O Contabilista Certificado nº. 21620  
António Augusto F. Telheiro

*António Augusto F. Telheiro*

## 2.3 – Balanço

### Ativo

BALANÇO (MODELO REDUZIDO) EM 31-12-2018			
Unidade monetária: Euro			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2018	31/12/2017
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	11	971,17	958,84
Bens do património histórico e cultural		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros	13	739,51	480,39
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
		<b>1 710,68</b>	<b>1 439,23</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários		-	-
Clientes	14	706 780,61	325 992,13
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos	15	45 486,91	43 968,51
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Outras contas a receber	16	352 229,30	220 861,39
Diferimentos	17	5 536,92	3 863,19
Outros activos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários	18	15 538,78	22 472,27
		<b>1 125 572,52</b>	<b>617 157,49</b>
<b>Total do activo</b>		<b>1 127 283,20</b>	<b>618 596,72</b>

O Contabilista Certificado nº. 21620  
António Augusto F. Telheiro

*António Augusto F. Telheiro*

## Fundos Patrimoniais e Passivo

BALANÇO (MODELO REDUZIDO) EM 31-12-2018

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2018	31/12/2017
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		-	-
Excedentes técnicos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados	19	216 231,23	133 305,65
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	19	1 000,00	1 000,00
Doações			
Resultado líquido do período	19	37 334,62	82 925,58
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>254 565,85</b>	<b>217 231,23</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		-	-
Provisões específicas		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras contas a pagar		-	-
		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	20	624 923,47	244 819,89
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	15	8 147,79	8 624,38
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Diferimentos			
Outras contas a pagar	16	239 646,09	147 921,22
Outros passivos financeiros		-	-
		872 717,35	401 365,49
<b>Total do passivo</b>		<b>872 717,35</b>	<b>401 365,49</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1 127 283,20</b>	<b>618 596,72</b>

O Contabilista Certificado nº. 21620  
António Augusto F. Telheiro

*António Augusto F. Telheiro*

## 2.4 - Demonstração dos Fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
PERÍODO FIMDO EM 31/12/2018		Unidade mo netária: EURO	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes		928 100,51	702 007,90
Pagamentos a fornecedores		989 085,37	925 008,60
Pagamentos ao pessoal		150 409,73	148 111,45
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(211 394,59)</b>	<b>(371 112,15)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		204 461,10	248 297,29
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais(1)</b>		<b>204 461,10</b>	<b>248 297,29</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsidio ao investimento		-	118 732,80
Juros e rendimentos similares		-	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>-</b>	<b>118 732,80</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos proveniente de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>(6 933,49)</b>	<b>(4 082,06)</b>
Caixa e seus equivalentes no inicio o periodo		22 472,27	26 554,33
Caixa e seus equivalentes no fim da periodo		15 538,78	22 472,27

O Contabilista Certificado nº. 21620  
António Augusto F. Telheiro

*António Augusto F. Telheiro*



## 2.5 - Desempenho em 2018 e Perspetivas

O contexto económico e empresarial vivido em 2018 foi de um relativo abrandamento da economia. A contenção da estrutura de custos, a par com um foco acentuado na execução de projetos de fundos comunitários, que permitem a afetação dos custos de pessoal da Associação integrados nos projetos, foi a chave para a libertação dos meios necessários para a execução do plano de investimentos.

Em termos líquidos, a ASSOFT viu os seus Associados empresariais diminuir em 3,0% pelo impacto da desistência de sócios individuais, dado que fechamos 2018 com mais duas empresas como associadas.

O número total de obras depositadas, foco das atividades de geração de procura da ASSOFT, produziram excelentes resultados com um crescimento global de +20,3% face ao ano transato, tendo o número de depositantes também crescido a bom ritmo (+9,7%).

As receitas nucleares da ASSOFT ficaram significativamente aquém do plano base de vendas (-7,8%) motivado pela quase inexistência de requisição de serviços de auditoria da ASSOFT prestados aos tribunais, devido a uma forte desaceleração que este Governo está a imprimir nos seus investimentos no combate à pirataria informática, e que naturalmente se traduziu num aumento da mesma em Portugal. Os lucros obtidos no exercício devem-se, na sua larga maioria, à excelente execução de projetos comunitários que possibilitou a absorção de 58% dos custos com pessoal da ASSOFT, libertando desta forma os fundos necessários para o seu plano de investimentos.

Resumindo, fechámos 2018 com uma situação de balanço estável, sem quaisquer dívidas de médio ou longo prazo, o que nos dá uma grande confiança na capacidade da ASSOFT em cumprir o seu plano para o triénio de 2017-2019.

No fecho de 2018, o incremento do saldo de clientes, 116% superior ao do fecho do período anterior, bem como o incremento significativo do saldo de fornecedores, 155% superior ao do fecho do período anterior, deve-se em exclusivo aos fluxos financeiros associados à sazonalidade dos projetos cofinanciados.

Para 2019, na atividade nuclear da ASSOFT, acreditamos poder compensar a quebra dos serviços técnicos motivada pelo desinvestimento do Governo na fiscalização e combate à conformidade de software com um crescimento nos restantes serviços, em particular de consultoria e apoio à certificação, pelo que optamos por propor manter o orçamento anual previsto e aprovado para o triénio de 2017 a 2019 que:

- no **plano base**, que corresponde à sua execução nuclear, sem quebras nas receitas da Associação (quotas, depósitos, etc.) e sem quaisquer apoios de patrocínios ou contribuições extraordinárias, por estarmos convictos que serão marginais no futuro devido aos cortes que as empresas têm feito nos seus orçamentos de marketing; e
- no **plano de “esforço” (100%)**, prevê a angariação de novos associados e clientes dos serviços, a par com a execução de projetos de acesso a fundos comunitários, com os quais acreditamos se poderá conseguir um resultado adicional bruto de 30.000 € e, conseqüentemente, nos permitirá acelerar as atividades de interesse para os associados (congressos, sessões de formação, grupos de trabalho, etc.).

A ASSOFT reconhece que a luta travada por um conjunto de empresas produtoras de software de gestão contra o escândalo que se vive em Portugal com uma Associação Pública Profissional, a Ordem dos Contabilistas Certificados, deve ser publicamente apoiada. Assim, durante 2019, é objetivo da ASSOFT apoiar e liderar a luta destes fabricantes.



É assim nosso entendimento que existe um problema legal e ético na atuação da Ordem dos Contabilistas Certificados neste domínio em particular, ao apresentar-se no mercado como “árbitro e jogador”, distorcendo desta forma o mercado da livre oferta que se pretende e defende em Portugal.

Esta situação deveria ter merecido uma ação por parte dos agentes regulatórios, desde o Ministério das Finanças, que tem a tutela da Associação, ao Tribunal de Contas, que tem o dever de alertar para as incongruências que possam existir no contexto das organizações públicas ou que intervenham no domínio público. Até à data, nenhuma destas instituições tomou uma posição formal sobre este tema, que tem um claro impacto no desenvolvimento de um mercado de software aberto e competitivo.

Esta atuação da Ordem dos Contabilistas Certificados é prejudicial para Portugal em duas grandes vertentes:

1. uma Ordem que, devendo ser um exemplo de ética e transparência, quebra a lei de forma grosseira, destrói e contamina a imagem impoluta das restantes Ordens, para mais quando afirma, no seu plano para o período agora em curso, que considera a concorrência desleal um problema para a classe, mas que não vê problema quando é a própria a ter essa atuação;
2. a utilização da relação privilegiada da Ordem dos Contabilistas Certificados junto dos seus membros, pela comercialização do seu produto “roçar a cartelização”, prejudica a livre concorrência e, conseqüentemente, reduz a capacidade de crescimento económico e de inovação de um setor.

Reconhecemos também que a indústria das tecnologias de informação e comunicação está em plena revolução. Esta é a maior oportunidade e a maior ameaça para fornecedores de TI e clientes e impacta fortemente quem desenvolve e comercializa *software* ao mudar o paradigma. A ASSOFT está a procurar tudo fazer para ajudar quem desenvolve e comercializa *software* a ter sucesso, continuando a sua eterna “luta” pela defesa dos Direitos de Autor, mesmo no novo paradigma do mercado digital, da Internet e do *cloud computing*, servindo de interface com as instituições governamentais, como a Autoridade Aduaneira e Tributária, na implementação do enquadramento legal e ajudando-as a desenvolver projetos de modernização e internacionalização, com acesso a fundos comunitários.

Ambição e trabalho não nos faltam, contando com o apoio e a confiança dos nossos Associados, que nunca nos faltou, e estamos certos de poder continuar a ter sucesso no fecho do triénio de 2017-2019.

## 2.6 - Agradecimentos

Os elementos da Direção que agora vos presta contas, e que se coloca à vossa inteira disposição para o necessário julgamento, gostariam de expressar o seu especial agradecimento aos Associados da ASSOFT, garantindo-lhes que continuarão a encontrar na ASSOFT o maior empenho em os servir.

Expressamos, também, aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade sempre presente nas respetivas áreas de atuação.

Aos nossos parceiros agradecemos a confiança e o apoio nas parcerias estabelecidas.

Aos colaboradores agradecemos em particular o elevado profissionalismo no desempenho das funções exercidas, num ano particularmente exigente, e expressamos o desejo de que continuem a desenvolver um bom trabalho em prol do tecido empresarial português e do país.

Algés, 31 de março de 2019

A Direção

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'H' followed by a horizontal line and a smaller, more complex signature to the right.

(Página Intencionalmente deixada em branco)



### 3 - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições estatutárias da nossa Associação e demais legislações em vigor, a Direção da Associação Portuguesa de Software - ASSOFT, apresentou ao Conselho Fiscal o Relatório, Balanço, Demonstração de Resultados e respetivos anexos, referentes ao exercício de 2018, os quais são da responsabilidade da referida Direção.

No exercício das suas atividades de fiscalização e de harmonia com as exigências legais, o Conselho Fiscal procedeu ao exame dos registos contabilísticos e relatórios anexos que lhe servem de suporte, tendo constatado que os elementos referidos traduzem de forma clara a atividade da Associação e que os valores contabilísticos registados satisfazem os requisitos legais e estatutários.

Manifestamos à Direção e aos Serviços da Associação o nosso agradecimento por toda a colaboração prestada no Conselho Fiscal e, nestas condições, somos de parecer:

**que, tendo presente as demonstrações financeiras, aproveis o Relatório, Balanço e Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentados pela Direção da ASSOFT.**

Algés, 05 de julho de 2019

Presidente – Eng. Jorge Queiroz Machado

(em representação da ITEN Solutions)

Jorge Queiroz Machado

(Página Intencionalmente deixada em branco)

## 4 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1  
7

(Página Intencionalmente deixada em branco)

**ASSOFT - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE****1. Identificação da entidade**

ASSOFT - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

Natureza Jurídica: PCUP

Número de Contribuinte: 502 534 478

CAE Principal: 94995-R3

CAE Secundário: 70220-R3

Sede Social: Edifício Fernando Pessoa, Rua General Ferreira Martins, 10 - 7º B, 1495-137 Algés

A Associação tem como fins:

- a) A gestão colectiva do direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos de software (programas de computador) e documentação auxiliar criados e produzidos pelos seus representados;
- b) A representação de documentação auxiliar criados e produzidos pelos seus representados; b) A representação de entidades congêneres estrangeiras em território português e daquelas que representam os seus representados nos respectivos territórios nacionais; e
- c) Complementar a promoção, a defesa e a divulgação da qualidade, da legalidade e da integridade do software em Portugal, assim como do hardware e sistemas de comunicações que lhe estejam associados.

Associação poderá promover, patrocinar e realizar por si ou em colaboração com outras instituições nacionais ou estrangeiras, todas as actividades lícitas convenientes ao objecto social e nomeadamente:

Alínea a) - Estudos de investigação científica;

Alínea b) - Conferências e congressos científicos;

Alínea c) - Cursos, acções de formação profissional e outras actividades de pedagogia e divulgação cultural;

Alínea d) Intercâmbio e cooperação com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

Alínea e) Publicações;

Alínea f) Atribuição de prémios e bolsas de estudo;

Alínea g) Informar os cidadãos, empresas e outras entidades sobre assuntos do seu interesse;

Alínea h) Apoiar e desenvolver actividades no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação sempre que as mesmas se mostrem viáveis e em benefício do utilizador comum;

Alínea i) Subscrever protocolos e acordos com quaisquer entidades que colaborem e prossigam os mesmos fins que a

Associação;

Alínea j) Intervir, sempre que para tal seja solicitada, em diferendos comerciais entre associados, entre associados e terceiros e entre não associados, podendo criar, para o efeito, órgãos de conciliação e arbitragem destinados a dirimir os conflitos de interesses surgidos entre aqueles;

Alínea k) Intensificar a colaboração com empresas e/ou entidades nacionais ou estrangeiras cujo objecto consista no desenvolvimento da economia nacional;

Alínea l) Filiar-se em organismos congêneres, nacionais ou internacionais, sempre que tal se justifique em função da organização dos seus associados, nacionais ou internacionais, sempre que tal se justifique em função da realização dos objectivos legítimos dos seus associados;

Alínea m) Defender, junto das entidades nacionais e comunitárias, os interesses legítimos dos seus associados relativos ao desenvolvimento económico nacional; e Alínea n) Colaborar activamente com o Governo, a Administração Pública Central, Regional ou Local sempre que para tal seja solicitada.

**2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras****Referencial Contabilístico**

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), já adaptadas ao modelo NC-ESNL, para Entidades do Sector Não Lucrativo. Devem entender-se, como fazendo parte daquelas normas, as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades Sem Fins Lucrativos (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respectivas interpretações SIC-IFRIC. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

**3. Principais Políticas Contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes**

As presentes demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

**Activos Fixos Tangíveis**

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidades acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os dispêndios com reparação, que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis, são registados como gastos do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gastos.

**Activos Intangíveis**

Ao activos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos fixos intangíveis. As vidas úteis e o método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

### Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto estimativa de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade". A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no activo, a correspondente

responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

### Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

### Instrumentos financeiros

#### Contas a Receber

As dívidas de Clientes e Outras contas a Receber, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registadas no activo pelo custo, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

#### Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa e de depósitos bancários à ordem.

#### Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

#### Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou

(ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.



## Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas: (i) o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa; (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade e (iv) a fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

## Regime de Acréscimo

As receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas, à medida que são geradas e independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

## Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data da aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas e reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

## Acontecimentos Subsequentes

Os eventos que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4. Prestações de Serviços

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
	<b>Vendas e Prestações de Serviços</b>		
72	<b>Prestações de Serviços</b>	<b>1 111 058</b>	<b>756 034</b>
			0
721	<b>Quotizações e outros serviços</b>	<b>256 733</b>	<b>257 034</b>
721.1	Quotizações correntes	262 748	277 488
721.2	Ações Pirataria		0
725.1	Notas de Crédito	-6 015	-20 454
722	<b>Projectos</b>	<b>854 325</b>	<b>499 000</b>
			0
	<b>Q Global</b>		0
722.4	Consultoria - Projecto Q Global	30 000	215 000
	Intersoft	0	0
722.5	Consultoria - Projecto Intersoft III	67 500	0
	Extraordinários		0
722.6	Consultoria - Projectos Extraordinários	639 325	89 000
	<b>Q Global Lisboa</b>		0
722.7	Consultoria - Projecto Q Global Lisboa	117 500	195 000
	Descontos e Abatimentos	0	0

## 5. Subsídios, doações e legados à exploração

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
	<b>Vendas e Prestações de Serviços</b>		
75	<b>Subsídios à exploração</b>	<b>0</b>	<b>118 733</b>
751	Subsídios do Estado e Outras E.Públicas	0	118 733

6. Fornecimentos e serviços externos

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
<b>62</b>	<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS</b>		
<b>622</b>	<b>Serviços Especializados</b>	<b>1 095 502</b>	<b>1 002 246</b>
6221	Trabalhos especializados	1 063 639	989 792
6223	Vigilância e segurança	182	22
6224	Honorários	11 268	12 016
6226	Conservação e reparação		117
6227	Serviços bancários	413	282
6228	Outros		17
<b>623</b>	<b>Materiais</b>	<b>2 286</b>	<b>3 158</b>
6231	Ferramentas e utensílios de desp. rápido	373	430
6232	Livros e documentação técnica	203	203
6233	Material de escritório	696	2 152
6238	Outros	1 013	373
<b>624</b>	<b>Energia e Fluidos</b>	<b>3 691</b>	<b>4 354</b>
6241	Electricidade	2 838	3 201
6243	Água	752	1 150
<b>625</b>	<b>Deslocações, Estadas e Transportes</b>	<b>23 970</b>	<b>20 611</b>
6251	Deslocações e estadas	22 354	18 615
6252	Transportes de Pessoal	422	0
6254	Kms em viatura própria		0
6255	Estacionamento	1 023	1 070
6256	Portagens	171	326
<b>626</b>	<b>Serviços Diversos</b>	<b>33 598</b>	<b>30 612</b>
6261	Rendas e alugueres	11 843	10 795
6262	Comunicação	11 703	13 125
6263	Seguros	6 807	4 179
6265	Contabilidade e notariado	244	785
6267	Limpeza, higiene e conforto	1 054	557
6268	Outros	1 947	1 131
<b>TOTAIS</b>		<b>1 158 947</b>	<b>1 060 381</b>

7. Gastos com o pessoal

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
<b>63</b>	<b>GASTOS COM O PESSOAL</b>	<b>158 089</b>	<b>150 956</b>
632	Ramunerações do Pessoal	126 502	118 406
634	Indemnizações	0	2 250
635	Encargos s/ Ramunerações	25 391	24 095
636	Seguro acidentes trabalho/doença	962	723
638	Outros gastos c/peçoal	6 214	5 482

8. Imparidade de dívidas a receber

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
<b>65</b>	<b>PERDAS POR IMPARIDADE</b>	<b>0</b>	<b>31 242</b>
651	Em dívidas a receber		
6511	Clientes	0	31 242

O número médio de empregados da associação, ao longo do ano e no final do período findo em 31 de Dezembro foi de: 6

Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
Número médio de empregados	6	6
Número de empregados no fim do período	6	6

9. Outros rendimentos e ganhos

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
<b>78</b>	<b>OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS</b>	<b>333 205</b>	<b>460 098</b>
781	Rendimentos suplementares	303 074	459 123
783	Recuperação dívidas a receber	0	346
787	Alienações	0	362
788	Outros	30 131	237



#### 10. Outros Gastos e Perdas

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	89 223	6 869
681	Impostos	881	679
6812	Impostos Indirectos	840	679
6813	Taxes	41	0
682	Outros	25	0
6821	Desc. Pronto Pago Concedidos	25	0
688	Outros	88 317	6 190
6881	Correcções relativas períodos anteriores	81 986	-432
6883	Quotizações	6 246	4 800
6887	Multas e penalidades	12	1 822
6888	Outros	73	0

#### 11. Activos fixos tangíveis

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	971	959
435	Equipamento administrativo	37 482	36 779
438	Depreciações acumuladas	-36 491	-36 821
438.5	Equipamento administrativo	-36 491	-36 821
642	Gastos Depreciação e de Amortização	670	2 479
642	Equipamento administrativo	670	2 479

#### 12. Juros e gastos similares suportados

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	0	13
691	Juros Suportados	0	13
696	Outros	0	0

#### 13. Investimentos financeiros

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	740	480
41	Investimentos financeiros		
415	Outros	740	480

#### 14. Clientes

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
21	CLIENTES	706 781	325 002
211	Clientes c/c	736 405	360 538
219	Perdas por imparidade acumuladas	-29 624	-34 546

#### 15. Estado e Outros Entes Públicos

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
	ACTIVO	45 487	43 969
241	I.R.C.	151	0
242	I.R.S.	0	0
243	I.V.A.	45 336	43 969
	PASSIVO	-8 148	-8 624
241	I.R.C.		0
242	I.R.S.	-3 502	-3 692
243	I.V.A.	0	-265
245	Segurança Social	-4 622	-4 645
248	FGCT	-24	-22

16. Outras Contas a Receber e a Pagar

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
	<b>OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR</b>		
	Outras contas a receber	352 229	220 861
2721	Devedores por acréscimo de rendimentos	232 000	59 277
221	Fornecedores c/c	0	4 148
278	Outros devedores	120 229	157 436
	<b>Outras contas a pagar</b>	<b>239 646</b>	<b>147 921</b>
2722	Credores p/ acréscimos de gastos	18 193	91 621
2722.2	Remunerações a liquidar	18 193	16 193
2722.9	Outros acréscimos de gastos	0	73 428
278	Outros credores	221 453	56 300

17. Diferimentos

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
28	<b>DIFERIMENTOS</b>	<b>5 537</b>	<b>3 863</b>
281	Gastos a reconhecer	5 537	3 863

18. Caixa e Depósitos Bancários

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
1	<b>MEIOS FINANCEIROS LIQUIDOS</b>	<b>15 539</b>	<b>22 472</b>
11	Caixa	540	380
12	Depósitos à ordem	14 999	22 112

19. Fundos patrimoniais

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
5	<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>	<b>254 566</b>	<b>217 231</b>
51	Fundos patrimoniais	0	0
511	Fundos	0	0
56	<b>RESULTADOS TRANSITADOS</b>	<b>216 231</b>	<b>133 308</b>
59	Outras variações no capital próprio	1 000	1 000
594	Doações	1 000	1 000
81	Resultado líquido do período	37 335	82 926

20. Fornecedores

Nº Conta	Designação	Exercício 2018	Exercício 2017
221	Fornecedores c/correntes	624 923	244 820
2211	Fornecedores Gerais	624 923	244 820

21. Acontecimentos após a data do Balanço

Não ocorreram eventos relevantes relatáveis após a data de balanço.

Algés, 31 de março de 2019

O Contabilista Certificado nº. 21620  
António Augusto F. Telheiro

A Direção



